

ROÇA CAIÇARA

Agroecologia e Água - Litoral Norte



Saneamento nos Quilombos projetos Fehidro

Vista Camburi, Ubatuba

Foto: Alexandre Arten (ACIA)

Texto: Flávia C. S. Navarro (Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta - ACIA) e Cleide Azevedo (Fundação ITESP)

Em Ubatuba temos quatro Quilombos. O Quilombo Cambury e o da Fazenda Picinguaba já foram contemplados por projetos Fehidro de saneamento constituídos por fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro ou vala de infiltração.

Cambury, ao norte do município, território quilombola e caiçara que foi sobreposto inteiramente pelo Parque Estadual da Serra do Mar e parcialmente pelo Parque Nacional da Serra Bocaina, teve o Quilombo reconhecido pela Fundação ITESP em 2005.

Sensibilizado por um surto de hepatite em 2000/01, o Instituto Florestal, então administrador dos Parques Estaduais Paulistas, elaborou o projeto “A Caminho do Mar - Um Projeto de Saneamento, Educação e Saúde no Cambury”, aprovado pelo Fehidro em 2001 e executado em 2004/05. O projeto culminou na elaboração do Projeto Executivo de Saneamento.

Seguiram-se três projetos de sistemas de saneamento com financiamento Fehidro. O primeiro, em 2005, contemplou 12 edificações, sendo o tomador a ONG Movimento em Defesa de Ubatuba (MDU). Os outros dois, desenvolvidos entre 2016 e 2021, tiveram como tomador a ONG Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta (ACIA) e contemplou 46 edificações, com 44 sistemas. Ao todo são 56 sistemas de tratamento de esgoto no bairro.

O Quilombo Fazenda, território que também foi sobreposto pelo Parque Estadual da Serra do Mar, obteve certificação da Fundação Palmares em 2006, porém, as negociações com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) perduram até hoje.

Inspirado no projeto do Cambury, a Fundação Florestal desenvolveu “A Caminho do Mar II - Um Projeto de Saneamento, Educação e Saúde na Fazenda”. Foi

implementado entre 2007 e 2012, com a construção de 37 sistemas de saneamento, financiados pelo Fehidro, atendendo 95% das edificações existentes na época, inclusive a Casa de Farinha.

A construção das fossas foi apenas um dos componentes dos projetos “A Caminho do Mar”. Destaca-se a participação da comunidade nas etapas, especialmente na contrapartida com vigorosa mão de obra (transporte do material, escavação e apoio). Houve, além da capacitação, contratação de mão de obra de moradores que se especializaram nesse tipo de sistema.

Recentemente a Prefeitura de Ubatuba apresentou projeto executivo de saneamento de 23 residências no Quilombo Sertão de Itamambuca, reconhecido pelo ITESP em 2010. Após manifestação favorável de analistas do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), o projeto foi indicado ao edital Fehidro 2021.

O Quilombo Caçandoca reconhecido oficialmente pela Fundação ITESP em 2000, ainda não foi contemplado por projeto de saneamento coletivo, apenas a escola municipal e centro comunitário receberam sistema de tratamento de efluentes. É evidente a importância do direcionamento de recursos do Fehidro e de políticas públicas, para garantir o saneamento básico nos Territórios Tradicionais e em outras comunidades rurais.

Da Redação – Mais informações sobre os Quilombos de Ubatuba em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assistencia_quilombos.aspx
<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-quilombo-da-fazenda-aguarda-ha-quase-dez-anos-titulacao-de-seu-territorio-tradicional/#fontes>

Aliança dos Povos

Autor: Coletivo Caiçara de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba

Estas terras que chamamos de Litoral Norte de São Paulo já foram territórios livres e sempre de luta. Os Tupinambás defenderam bravamente suas terras dos males da invasão colonial por mais de 70 anos, desde antes da fundação de São Vicente, em 1532. Foram várias as batalhas travadas, a maior delas conhecida como Confederação dos Tamuya (os antigos da terra, anciões na língua Tupi). A força, a organização e a aliança entre os Tupinambás, Guaianás, Goytacaz, Aimoré, e outros, impuseram derrotas aos invasores.

Os padres Anchieta e da Nobrega foram enviados para Iperoig, atual município de Ubatuba, para pedir paz a Cunhambebe e Aimberê, líderes guerreiros Tupinambás. Um falso acordo de paz desmobilizou a organização dos Tupinambás e uma epidemia atingiu o litoral e o planalto, reduzindo significativamente a população dos povos originários da região. Nesse tempo, chegaram reforços dos portugueses e, com as informações dos padres sobre a epidemia, os invasores aproveitaram para atacar, quebrando o acordo de paz, o que dificultou ainda mais a organização e mobilização dos Tamuya em defesa das suas terras. Os Tupinambás continuaram sua resistência, parte rumou em busca da terra sem males e parte permaneceu na região formando quilombos junto aos fugidos das senzalas, e aqueles que ficaram às margens dos rios e praias formaram as primeiras vilas de pescadores.

A traição dos portugueses iniciou o projeto colonial no litoral norte paulista. A formação do povo caiçara ocorreu nas frestas dos grandes ciclos de saque e exploração do território, primeiro a madeira e o açúcar e depois o café. Nos espaços de resistência, os povos da África, os pobres portugueses e espanhóis aprenderam os segredos do território com os povos originários. A rela-

Foto: Divisão de Comunicação e Tecnologia da Teia dos Povos



ção entre estes povos deu origem aos caiçaras, que foram se fortalecendo e se consolidando aos poucos, principalmente nos momentos de declínios dos grandes ciclos econômicos da região. Por isso, temos muito o que aprender com o povo Tupinambá e tirar importantes lições dos Tamuya, para construir a aliança dos povos por água, terra e território e jamais voltar a depositar sequer uma gota de confiança no inimigo. Precisamos saber de qual lado da história nós estamos.

A Luta Caiçara por Água, Terra e Território

A partir da decadência e falência das fazendas de café, por volta de 1860 até meados de 1970, o litoral norte de São Paulo deixou de ser alvo dos interesses imediatos das

*“Eles combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não
morrer” (Conceição Evaristo)*



Foto: Divisão de Comunicação e Tecnologia da Teia dos Povos

aves de rapina do capital. Durante mais de 100 anos, os povos e comunidades que habitavam esta região tiveram condições para organizar livremente suas atividades de trabalho, festas e tradições em harmonia e equilíbrio com os ecossistemas litorâneos do bioma Mata Atlântica. A partir da década de 1960, sob ditadura militar, a busca pela terra sem males foi novamente violentada e interrompida.

Obras faraônicas da ditadura, como a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), que cortou o território ao meio e trouxe a especulação imobiliária e o crescente processo de urbanização voltado ao turismo de massa, assim como a criação de unidades de conservação e das leis ambientais, que proibiram e/ou dificultaram a manutenção das práticas tradicionais, como a pesca artesanal e as roças caiçaras, levaram a expropriação do território caiçara.

Desde então, o nosso povo vem se fortalecendo e se unindo, afirmando nossa identidade e nossos direitos de retomada e de permanência no território. Da parte que cabe aos movimentos de luta do presente, como o Coletivo Caiçara, nessa luta grandiosa que já dura 521 anos, estamos entendendo que é necessário retomar o que é nosso, defender nossos territórios, a pesca artesanal e as roças marinhas e terrestres. Pois o território caiçara são as montanhas, morros, cachoeiras, as roças, os rios e os brejos, as lagoas, as praias, as costeiras, os mangues, os estuários, as baías e o mar. E temos dito que é necessário aprofundar o nosso entendimento sobre a (o) caiçara em contexto urbano, reconhecendo mestres desta cultura e desse povo, reforçando a noção de remanescentes de comunidades tradicionais caiçaras nos bairros, apoiando os quintais agroflorestais caiçaras e retomando terra para nossas roças e florestas urbanas comunitárias.

A via Caiçara

Nossos inimigos impuseram o projeto capitalista em nosso território. As florestas viraram parque, uma reserva de valor para o grande capital, as praias viraram condomínios e palco do turismo predatório realizado por trabalhadores, locais e turistas, que só podem desfrutar do ócio nas brechas da sua própria exploração.

Nossas roças foram asfaltadas e nossos mares foram invadidos por grandes embarcações que permitem a circulação de riquezas no mercado internacional para acumulação de capital. Nem o misterioso fundo do oceano pôde se ver livre das mãos sanguinárias do mercado que o perfura e extrai petróleo, que ao invés de servir à soberania nacional, hoje beneficia petroleiras gringas e seus acionistas. O mesmo projeto que criou condomínios de luxo em costeiras e mangues gerou periferias com condições precárias de moradia e de saneamento básico, correndo riscos de deslizamento em encostas, e inundações nas áreas de baixadas, sendo estas cada vez mais constantes com a elevação do nível dos oceanos, fruto do colapso ambiental que vivemos. e muito do colapso ambiental que vivemos.

Os seres das águas, os seres das matas e os seres humanos que vivem nesses lugares estão por um fio. É urgente a retomada da aliança em defesa do território e

dos seus povos: indígenas, caiçaras, quilombolas, migrantes da classe trabalhadora e outros tantos. Queremos propor um diálogo com todos os povos que compartilham a nossa luta, para construirmos juntos uma alternativa. Assim como, os caiçaras tornaram-se guardiões deste território, precisamos reaprender e ensinar junto com os trabalhadores e trabalhadoras que migraram para o litoral nos recentes ciclos econômicos de saque do território e de exploração do trabalho. Queremos conversar com pescadores (as) artesanais, camponeses (as), agricultores (as) e maricultores (as) familiares, com nossos parentes indígenas e quilombolas, e também queremos que participe desse diálogo toda a classe que vive do trabalho, ambulantes, diaristas, profissionais da saúde, mães e suas crianças, entregadores de moto, sem-terras e sem-tetos, professores, sindicatos, partidos políticos, ocupações urbanas, movimentos e coletivos de luta. Queremos fazer parentes e propor a retomada da nossa grande caminhada de luta em busca da terra sem males.

Devemos entender quem são os nossos inimigos ao longo dos 521 anos de luta. Quem impôs o escravismo colonial que perdurou mais de 300 anos, quem é responsável pela expropriação do território caiçara desde os anos 1970? De quem é a culpa pela falta de trabalho, de festa, do pão, da água e pela degradação ambiental? Quais os grandes interesses por trás desse processo?

Uma vez entendido isso, devemos entender que, ao lado dos povos originários, temos 13 mil anos de acúmulo de experiência sobre estas terras. Assim, com a união dos povos, podemos retomar as rédeas do nosso destino que passa pela retomada da terra, pelo cuidado com os ecossistemas litorâneos terrestres e marinhos da Mata Atlântica, pelo respeito com os seres que neles vivem e pela reconstituição integral do equilíbrio e harmonia da vida nas Terras e nos Mares, para termos condições de uma existência grandiosa neste lugar.

Para tanto, será preciso aprender e valorizar os conhecimentos tradicionais indígenas, quilombola e caiçara sobre o Litoral, e também daqueles que vieram de outros lugares e que querem contribuir com a reconstrução de uma terra sem males, ouvindo e aprendendo com mestres, praticando e compartilhando esses saberes e valores dos mais velhos para os mais novos. Há um caminho longo pela frente, mas pode ser mais rápido se nos unirmos.

O Chamado

No último 28/11, territórios indígenas, caiçaras, assentados da reforma agrária popular, movimento de ocupação por moradia e os elos que apoiam a luta desses territórios marcharam desde o Litoral até a capital para a 1ª Pré-Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos em luta no Estado de São Paulo. Do Litoral de SP e do Vale do Paraíba foram nosso (as) companheiros (as) da aldeia Rio Silveira em São Sebastião; da aldeia Boa Vista em Ubatuba; do Coletivo Caiçara de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba; da Rede Brotar; Educadores (as) Projeto Redes; do Coletivo de Educação Diferenciada de Ilhabela, do Assentamento Egídio Brunetto de Lagoinha-SP; e da Vila da Mata em Bertioga.



Lá nos esperamos, do verbo esperarçar, com a luta de outros povos desde a Baixada Santista, passando pelo Vale, pela região metropolitana, indo até o interior, e afirmamos nossa aliança em defesa da vida. Nas forças dos ventos, recebemos a visita do Mestre Joelson, do Assentamento Terra Vista, que ecoou o chamado para fortalecer e celebrar a resistência das Pescadoras/es Quilombolas do Quilombo Conceição, em Salinas da Margarida (BA), que lutam para permanecer em seu território tradicional, onde será realizada a 7ª Jornada de Agroecologia, entre os dias 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2022. Que os riachos de nossas lutas se encontrem no Mangue, se transformem em um Mar de lutas na Baía de Todos os Santos e se espalhem por todos os lugares!

Desde o litoral norte de São Paulo, ouvimos o chamado das Águas doces e salgadas para avançarmos na construção do poder popular na diversidade dos povos. E respondemos: O que nos une é maior do que o que nos separa. E diga ao povo que avance.



Mestres da Cultura Viva de São Sebastião 2021

Em cerimônia na Casa da Cultura de São Sebastião, dia 22 de dezembro, foi concedido o prêmio Mestre da Cultura Viva de São Sebastião 2021, em reconhecimento aos mestres de tradição que contribuíram e ainda contribuem para o fortalecimento da identidade cultural da cidade.

São Sebastião deve manter política de transmissão dos saberes e fazeres da Cultura tradicional e popular brasileira em diálogo com a comunidade, para o fortalecimento de sua identidade cultural. A medida compre a Constituição Federal que prevê a defesa do Patrimônio Cultural Imaterial. O mesmo recomenda a Confederação Geral da Unesco (1989 e 2009).

Os homenageados na cerimônia são: Pedro de Jesus Moreira, Matheus Bitencourt, Nelson dos Santos, João Carlos de Oliveira Neto, Edivaldo José do Nascimento, Noemi de Matos, Riberto de Ressurreição, Marísia de Moraes, Sebastião Salomão de Oliveira e Arlindo de Matos.

Os candidatos preencheram o formulário no site da Fundação Deodato Sant'Anna (Fundass) e foram avaliados por Comissão de Seleção de Atividades Culturais. Cada Mestre classificado recebeu R\$ 3 mil e as Certificações "Prêmio Mestre da Cultura Viva de São Sebastião 2021". Em breve, eles também receberão Placas de Homenagem "Aqui vive um Mestre de Cultura".

Foto: Silas Barsotti



Prorrogado prazo para ROÇAS TRADICIONAIS

Roça Tradicional de mandioca na Baía de Castelhanos, Ilhabela (SP)

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Resolução 143 (21/12/2021), da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, prorroga a vigência da Resolução SIMA 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a concessão de autorizações em caráter emergencial à implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado, considerando o Plano São Paulo de combate à Covid-19, assim como a variante Ômicron.

Assim, fica prorrogada até 31 de dezembro de 2022 a Resolução SIMA nº 28, de 18 de abril de 2020. O prazo para as comunicações de roças implantadas em 2021, fica prorrogado até 30 de abril de 2022. As roças tradicionais implantadas em 2022 deverão ser comunicadas até 31 de dezembro de 2022.

As comunicações de roças implantadas deverão ser feitas pela plataforma e-ambiente no seguinte sítio eletrônico: <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento>. Os demais critérios e as condições estabelecidos pela Resolução SIMA 28, de 18 de abril de 2020 permanecem inalterados.

Territórios indígenas e Marco Temporal

Julio Garcia Karai Xiju. Fórum de Comunidades Tradicionais de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis, e membro da Coordenação da Comissão Guarani da Mobilização Nacional Indígena.

Transcrição por Suzana Lourenço

O texto a seguir é a tradução literal da fala de Julio Garcia Karai Xiju, articulador do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), transcrita por mim de forma tão fiel quanto possível. A ideia de transcrever o que Julio disse não foi planejada. Comecei a registrar sua fala ao longo da reunião do CT-Agro, do CBH-LN e, de tão poderosas suas palavras, ideias e fundamentação teórica implícita, minhas mãos praticamente fizeram o trabalho por si e registraram tudo possível. As questões grifadas foram feitas por membros do CT-Agro durante a reunião. Como sou acadêmica de origem, defendo que intelectuais são aqueles capazes de pensar dialeticamente sua própria realidade, independentemente de titulação acadêmica. Por isso compartilhamos com você, leitor, a riqueza de conhecimento ontológico de Júlio e seu povo, **a seguir**.

Território é uma coisa considerada sem limite pelos indígenas. Luta-se por pedaços de rio e terra (lugar onde a gente vai viver, mata, rio, como e onde a gente tira o sustento, os recursos naturais). Quando se luta pela garantia dos territórios, luta-se pelos territórios. Como liderança, não vejo como demarcação. Vejo como garantia de território. Demarcação ao mesmo tempo é limitação. Para nós, não tem limite de onde caçar, pescar, cortar madeira pra fazer casas. Isso quer dizer ocupação de território e não demarcação. Por outro lado, se discute demarcação da aldeia onde tenhamos garantia do território através do Governo Federal.

Limitar os territórios prejudica a ocupação

Falar de Agroecologia, sem garantia do território tradicional caiçara e quilombola. Se essa garantia não garante o espaço, as famílias não podem fazer nada. Se elas têm garantia, têm saúde. É ali onde trabalham, produzem ali-

mento, roça, indo pescar, caçar. Isso é uma saúde pra nós. Nosso espaço tá sendo ocupado por imobiliária sem planejamento. Os grandes empreendimentos chegam ao nosso redor “dali você não pode passar nem pra pescar ou caçar”. Ali você não pode fazer a roça porque ali é espaço particular. Se o espaço não tiver garantido, pra nós, é doença mental. Quando a gente ouve e vai discutir o marco temporal. De onde começou o marco temporal? Indígenas também têm marco temporal. Tá sendo discutido desde sempre.

Indígenas não são partidários. Mudança de governo não faz sentido: a luta indígena sempre existiu pra garantir saúde, alimento, território, educação. Considera a partir de 1986, 1988, 1990, 1995, a partir da li o marco temporal não vai ter mais. A gente vai discutir o marco temporal desde sempre. Ali começa também o marco temporal não indígena. Essa é a verdade que está ali.

Quando a gente fala dos povos indígenas: nós estamos aqui desde sempre. Fala-se que índio não trabalha. Trabalhamos muito para a preservação do meio ambiente. Não queremos poluição. Não queremos que a água e a mata terminem. Vivemos nesse universo que chamamos de terra de todos. É com essa que vimos e temos a mente aberta pra pensar a luta dos povos indígenas.

O sentido de manter o ser humano para garantir a estabilidade porque sabendo que muitos estão sendo expulsos de suas terras por avanço de empreendimentos. Uns 500 anos atrás, qual a vida dos povos indígenas e como é hoje? Quando viajamos de avião, vemos plantações e poucas matas. [São os] não-indígenas que têm que pagar e não o indígena [os efeitos dos impactos ambientais]. Dizem o contrário. O Governo Federal tem que ver qual dívida tem que ser paga para os povos indígenas.



Julio Garcia Karai Xiju



Foto: Divisão de Comunicação e Tecnologia da Teia dos Povos

Lideranças Guarani na Pré-Jornada Agroecológica da Teia dos Povos de São Paulo

Muitas sementes tradicionais foram extintas pelo agronegócio. Tínhamos muitas espécies, mas perdemos as sementes pelo veneno. A cultura vem sendo alterada pelo que é não indígena. Os jovens nas aldeias muitas vezes chegam à tecnologia, a tecnologia dentro da aldeia altera nosso modo de viver. Essa é a nossa luta dentro da aldeia.

Para manter a luta, pensamos de que forma nos fortalecermos como povo indígena, pensando em mobilização como garantir e ver o movimento indígena. Precisamos muito dos governos municipal e federal para que os povos sejam vistos como povos de luta que não se entregam e que não baixam a cabeça para garantir o seu direito. A demarcação é o principal foco de luta. Dali discutimos todo o processo de vida e organização dos povos indígenas.

Como está a situação no litoral norte de demarcação?

No RJ, estamos em 8 aldeias, 7 Guarani e 1 Pataxó. Três aldeias foram demarcadas. As outras em processo de identificação (Rio pequeno tá em delimitação, mas já reconhecido na FUNAI). Boavista tá em processo de revisão de limite e famílias que estão em limite declarado pela FUNAI. Várias aldeias no Litoral Sul de Padre Ribeiras têm várias ocupações e não estão em identificação ainda. Sem reconhecimento como povos indígenas, mas ainda em processo de reconhecer que ali existem os povos indígenas. Para acontecer esses reconhecimentos têm que entender como organização bem forte para que as aldeias sejam reconhecidas.

As aldeias Renascer e a aldeia Pataxó e Mata Verde Bonito ainda estão sendo retificada pela FUNAI. O processo ainda não foi aceito pela FUNAI. Quando a gente consegue demarcação das terras, vira território da União, vira como território protegido pra proteger nosso território como aldeia.

Como poderíamos ajudar?

Nos territórios marítimos não tem como separar como território ocupado. Não há muita divisão entre povos, mas tem convenções para identificar grupos. Tem que pensar a forma que podemos valorizar os produtos agroecológicos das comunidades. Em Paraty, a gente tem uma campanha “Cuidar e Resistir” onde tá sendo discutida a valorização dos produtos agroecológicos para fazer compras da comunidade. Como fazer articulação para garantir produtos, no sentido de resgatar os produtos e as sementes tradicionais e pensar como vamos, porque dependemos dos governos, para que estes recursos cheguem nas aldeias.

Construir plano de trabalho para garantir o que é produzido dentro da aldeia, de qualidade para a vida. Como pensar a merenda escolar, para valorizar dentro do município. Como ter uma ação ambiental. É isso que penso sobre agroecologia. Seria legal marcar a reunião para isso. Temos na Aldeia Araponga em Paraty fazemos eventos culturais. Esse mês de julho (2021) vai ser o batismo da roça para preservação ambiental para agroecologia para garantir sustento para próximos anos.



Território das Comunidades Tradicionais Caiçaras
Baía de Castelhanos - Ilhabela (SP)

PROGRESSO X REGRESSO

Texto: Janaina Cassiano dos Santos
Mestranda em Engenharia de Biosistemas – UFF
Observatório de Territórios Sustentáveis
e Saudáveis da Bocaina - OTSS

Até que ponto o progresso é bem-vindo? Até que ponto esmagar uma cultura, interditar um ambiente, modificar a paisagem drasticamente pode ser visto como futuro? Aos olhos de quem não conheça a terra, não nasceu ali, não sobrevive do que ela fornece, pode parecer algo lindo, “De outro mundo”. Mas é preciso sempre salientar que o progresso chega, na maioria das vezes, desrespeitando a população local, poluindo as águas, cobrindo praias e eliminando a fauna e flora local. O pior agravante é a influência política e a abundância de recursos que ela financia para que essas ações sejam realizadas, frequentemente além da capacidade de suporte do ambiente.

Todas as ações que exercemos têm consequências positivas ou negativas. Você já parou para pensar como deve ser observar o ambiente que lhe fornecia tudo para viver sendo maltratado por puro lazer? A mudança do uso do solo, mau planejamento urbano, bem como a falta de incentivo a práticas sustentáveis resultam em muitas adversidades. Os que têm “poder” esmagam a população para os morros, encostas e áreas de risco em geral, que antes eram áreas de caça e plantio ou áreas mantidas preservadas devido à declividade do terreno. Mas como eu disse, tudo tem consequências.

Um estudo de Celia Regina e Graciele da Costa¹ publicado em 2009 na revista *Quaternary and Environmental Geosciences* mostrou que 22% das praias arenosas do mu-

nício de Ubatuba estão em risco muito alto de erosão por fatores naturais ou intervenção antrópica. Esse estudo compreendeu o período de 1962 a 2001, quando foram analisadas quatro praias e suas perdas relacionadas a aspectos físicos, sendo: Ubatumirim/Estaleiro (-70.320m², 26,6%), Maranduba (-29.960m², 43,5%), Barra seca (-43.051m², 72,6%), Praia Grande (-201.020m², 85,4%).

Seguindo a projeção do estudo, até esse ano, a Praia Grande já terá perdido mais de 300 m de faixa de areia. É notável que essa mudança tem fatores naturais, porém a intervenção brusca é decorrente do crescimento urbano, por meio de instalações públicas ou privadas, extinguindo a vegetação local, interferindo no escoamento superficial, dentre outros fatores. Isso acontece em diversos locais do Litoral brasileiro.

Por que é tão importante mudar e frear esse avanço? Quando olhamos de forma expandida, podemos observar que isso não ocorre apenas na faixa de areia. A interferência vai além, afetando o modo de vida do caiçara de forma ampla, alterando suas rotas de pesca, sua cultura e organização social, os locais onde são construídos seus ranchos. Os rios que antes fluíam naturalmente hoje precisam ser dragados. As áreas de roça sofreram vários impactos negativos causados pela construção civil. As principais modificações foram a transformação das áreas em



IMPACTO: Petróleo na Praia das Toninhas (Ubatuba)

loteamentos, a sobreposição da rodovia BR-101 e a restrição das práticas tradicionais, especialmente o feitiço das roças, proibidas com o advento das Unidades de Conservação de proteção integral. Outros problemas se somam a esse contexto: a introdução de produtos de outras localidades desvaloriza a agricultura local; a falta de saneamento básico provoca diversas doenças na população e o turismo predatório destrói nossas riquezas naturais.

É momento de repensar o que queremos em nosso território, tão impactado historicamente e que enfrenta ainda graves problemas que comprometem o que deixaremos para as futuras gerações e o que queremos desfrutar com nossos familiares. O turismo é importante, o progresso é inevitável, mas é necessária inclusão de práticas sustentáveis, consciência ambiental e preservação do uso da terra vinculado à conservação da cultura tradicional para que as comunidades possam ter garantidos seus direitos constituídos e seu protagonismo em seus territórios.

1 SOUZA, C. R. D. G.; LUNA, G. D. C. Taxas de retrogradação e balanço sedimentar em praias sob risco muito alto de erosão no município de Ubatuba (Litoral Norte de São Paulo). *Quaternary and Environmental Geosciences*, v. 1, n. 1, 30 jun. 2009.

Fundação Florestal certifica 93 cercos flutuantes de pesca

Medida foi concebida pela APA MARINHA-LN

Introduzido no Brasil, em Ilhabela (SP), por japoneses, na década de 1920, o cerco flutuante é petrecho de pesca usado até hoje por comunidades caiçaras na APA Marinha Litoral Norte (APAMLN). A prática reconhecida e/ou regulamentada permitiria que a pescaria fosse certificada, agregando valor aos produtos. Esta possibilidade, bem como a relevância cultural, social, ambiental e econômica, colocou este cerco no foco da primeira ação de gestão pesqueira da Câmara Temática de Pesca e Aquicultura da APAMLN, que criou, em 2009, o Grupo de Trabalho Cerco Flutuante.

Graças a especialistas, pesquisadores, representantes de órgãos públicos, colônias de pescadores, associações de moradores e donos de cerco flutuante, foi elaborada a proposta SMA 78/2016, que regulamenta este petrecho no âmbito da APAMLN. A APA promoveu a regulamentação coletiva dos petrechos na Marinha do Brasil em duas campanhas de levantamentos dos pontos de cerco flutuantes, com apoio de vários parceiros.

Dos 108 pontos de cercos cadastrados na APAMLN, 93 encontram-se regulamentados pela Marinha do Brasil e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Os 15 restantes são acompanhados de perto pela APAMLN para apoio na regulamentação nos próximos meses.

O grupo tem dialogado desde o início com o Governo Federal para a regulamentação da arte de pesca no arcabouço legal do ordenamento pesqueiro federal, tanto para reconhecimento do petrecho quanto para publicação de uma instrução normativa específica. Com isso, será possível garantir que os locais onde são instalados os cercos flutuantes não sejam objeto de cessão de águas.

Essa modalidade é responsável por uma das formas de pescaria mais sustentáveis ambientalmente em função de seu método passivo, em que o peixe permanece vivo dentro da armadilha até a despesca, permitindo a soltura dos animais sem valor comercial, que estejam em época de defeso ou, ainda, ameaçados de extinção.

“Hoje, as pessoas buscam consumir de forma mais consciente e o cerco flutuante tem esta sinergia com a cultura cada vez mais presente nas mesas brasileiras”, cita Marcio José dos Santos, gestor da APA Marinha Litoral Norte. “Os cercos sustentam centenas de famílias há mais de 100 anos. Com o reconhecimento oficial, estaremos assegurando a atividade da pesca”, completa. O reconhecimento facilita aos pescadores artesanais acessarem recursos federais, por meio do Plano Nacional de Agricultura Familiar, e vender seus produtos ao setor público, como o projeto de apoio à merenda escolar.



Produção e Foto:
Ana Clara Renó

Cozinha Caiçara - Banana Bamboo Ecologie Ubatumirim-Ubatuba (SP)

RECEITAS: Joadson Carneiro e Mirela Rafaneli

CAFÉ DE CANA

1 litro de caldo de cana puro
3 colheres (sopa) pó de café

Modo de fazer

Passa o caldo fervido de cana pelo pó de café (como preparo comum de café)

VIRADO DE BANANA

*6 unidades de banana prata madura sem casca
*4 colheres (sopa) de óleo
*1 xícara (chá) farinha de milho flocada

Modo de fazer

Aqueça o óleo numa panela espaçosa, corte as bananas em fatias médias no sentido do comprimento. Disponha as bananas sobre o óleo e frite até que fiquem douradas. Acrescente a farinha de milho, misture bem e sirva.

Opção: polvilhe canela em pó para finalizar.

Rocha Caiçara - Informativo
Comitê de Bacias Hidrográficas do
Litoral Norte (CBH-LN)
Flavia Pascoal
Presidente do CBH-LN
Mônica de Toledo e Silva Spejorin
Vice-presidente
Jociani Debeni
Secretária Executiva
Rua Dona Maria Alves, 926,
Centro-Ubatuba (SP)
(12) 3833-9702 - cbhlnorte@gmail.com

Edição 8 (Dezembro - 2021)

Coordenação: Silas Barsotti e Suzana Lourenço (CBH-LN)
Editoração: Nívia Alencar - MTb 21.218
e Frank Constancio - MTb 28.786
nscomunicacao.agencia@gmail.com
Fone: (12) 2103-6150 | (12) 99144-2749

Prazo para apresentação de Projetos Fehidro 02/02/2022



Edital define Calendário de Eventos e Ações para Avaliação de Propostas para Investimento do FEHIDRO, submetidas à apreciação e indicação do CBH-LN em 2022, e aprova o Edital de Divulgação do Processo de Seleção de Empreendimentos FEHIDRO no CBH-LN para 2022. Por meio deste Edital informamos estar aberto o processo de elaboração e seleção de projetos a serem financiados com recursos do FEHIDRO, assim como o calendário a ser seguido.

As propostas apresentadas deverão seguir o Plano de Ação e Programa de Investimento (PAPI) do CBH-LN 2020 – 2023, revisão 2021 (Deliberação CBH-LN 216 de 2021). Terão prioridade no pleito as ações que possuem previsão de investimento em 2022, ou seja, instalação de sistemas de saneamento; compostagem e gestão de resíduos sólidos; contenção de inundações e alagamentos; execução de programa de capacitação do CBH-LN; e ampliação das redes pluviométricas e fluviométricas. As propostas vinculadas às ações do PAPI com previsão de investimento para 2023 poderão ser financiadas em 2022, caso haja saldo remanescente.

As instituições/entidades interessadas em apresentar projeto para ser financiado pelo FEHIDRO com recursos do ano de 2022 devem enviar o esboço ou proposta preliminar de projeto à Secretaria Executiva do CBH-LN (cbhlnorte@gmail.com) até o dia 02/02/2022.

E-mail para contato: cbhlnorte@gmail.com

Links para elaboração de projetos FEHIDRO ao CBH-LN:

<https://cbhln.com.br/processo-de-selecao/>;

<https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/default.aspx?idPagina=16693>

AGENDA DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CBH-LN

Em decorrência da Pandemia do Coronavírus, as reuniões das Câmaras Técnicas do CBH-LN ocorrem por sessões remotas mensais. Veja o calendário: **Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais (CT-PAI)**: terceira 3^{as} feira do mês, das 9 às 12h; **Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN)**: primeira 4^a feira de cada mês, das 9 às 12h; **Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)**: segunda 4^a feira de cada mês, a partir das 13h30; **Câmara Técnica de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (CT-AgroSafs)**: segunda 3^a feira de cada mês, das 9 às 12h. As agendas são excepcionalmente ajustadas quando coincidem com feriados. Mais informações sobre podem ser obtidas pelo e-mail: cbhlnorte@gmail.com